

Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2013

Inquérito à estrutura das explorações agrícolas 2013: um retrato com duas realidades

Em 2013 as explorações agrícolas ocupavam metade da superfície do território nacional, representando a população agrícola familiar 6,5% da população residente.

Nos últimos anos, verificou-se um aumento da dimensão das explorações agrícolas e uma melhoria dos indicadores laborais. Também a Superfície Agrícola Não Utilizada (SANU) diminuiu cerca de 20% relativamente a 2009, apresentando o valor mais baixo (pouco mais de 100 mil hectares) desde que há registos estatísticos.

A empresarialização da agricultura, expressa pelo crescimento do número de sociedades agrícolas, tem contribuído para o aumento da eficiência do setor, devido à adoção de processos de gestão mais profissionais e economias de escala. As cerca de 10 mil sociedades agrícolas, embora representem apenas 3,8% do total das explorações agrícolas, gerem quase 1/3 da SAU e praticamente metade do efetivo pecuário.

Contudo, a comparação com os países da União Europeia revela ainda uma agricultura baseada em explorações de pequena dimensão económica (17,1 mil euros de Valor de Produção Padrão Total por exploração, face aos 25 mil euros da UE 28), geridas por produtores envelhecidos (os mais idosos da UE 28) e que em larga maioria têm apenas formação prática. Poucos produtores vivem exclusivamente da agricultura (6,2%), sendo que a maioria complementa o seu rendimento com pensões e reformas (65,3%).

Ainda assim, a grande maioria dos produtores (95,1%) tenciona continuar com a atividade agrícola nos próximos anos, indicando o valor afetivo (48,3%) como o principal motivo para esta decisão.

O INE divulga neste destaque os principais resultados do Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2013 (IEEA 2013).

Este inquérito sucede ao Recenseamento Agrícola 2009 (RA 09) e tem como objetivo caracterizar a agricultura portuguesa, nomeadamente a estrutura fundiária, os sistemas produtivos e a mão-de-obra e população agrícola.

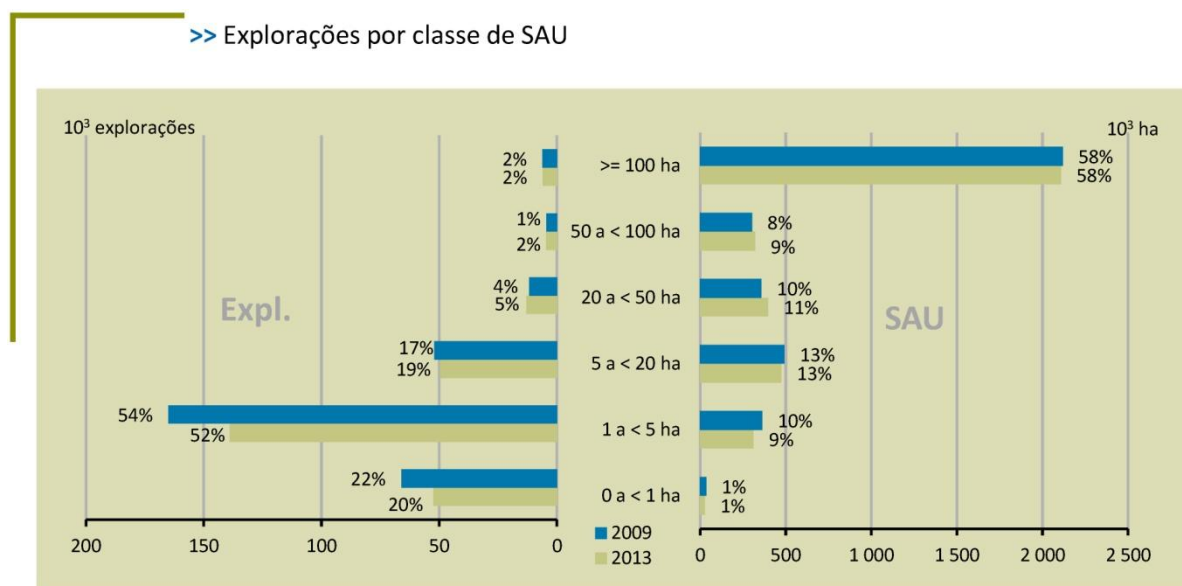


O Instituto Nacional de Estatística disponibiliza, em formato eletrónico, uma publicação com a análise dos resultados do IEEA 2013, comparando, sempre que se afigura oportuno, com a informação do RA 09 e da União Europeia (UE 28). Está ainda disponível em www.ine.pt, um conjunto de indicadores estatísticos harmonizados e comparáveis com as edições anteriores.

Explorações agrícolas: dimensão média das explorações agrícolas aumenta e aproxima-se da média da UE 28

Em 2013 foram contabilizadas 264,4 mil explorações agrícolas, menos 40,8 mil que em 2009. Em contrapartida, a SAU não registou grandes alterações, mantendo-se nos 3,6 milhões de hectares (39,5% da superfície territorial), o que se traduziu no aumento da dimensão média das explorações, que passou dos 12,0 hectares por exploração em 2009 para os 13,8 hectares em 2013, aproximando-se da média da UE 28 (14,4 hectares por exploração).

O abandono da atividade agrícola ocorreu sobretudo nos pequenos produtores, sendo uma situação residual nas explorações com mais de 20 hectares.

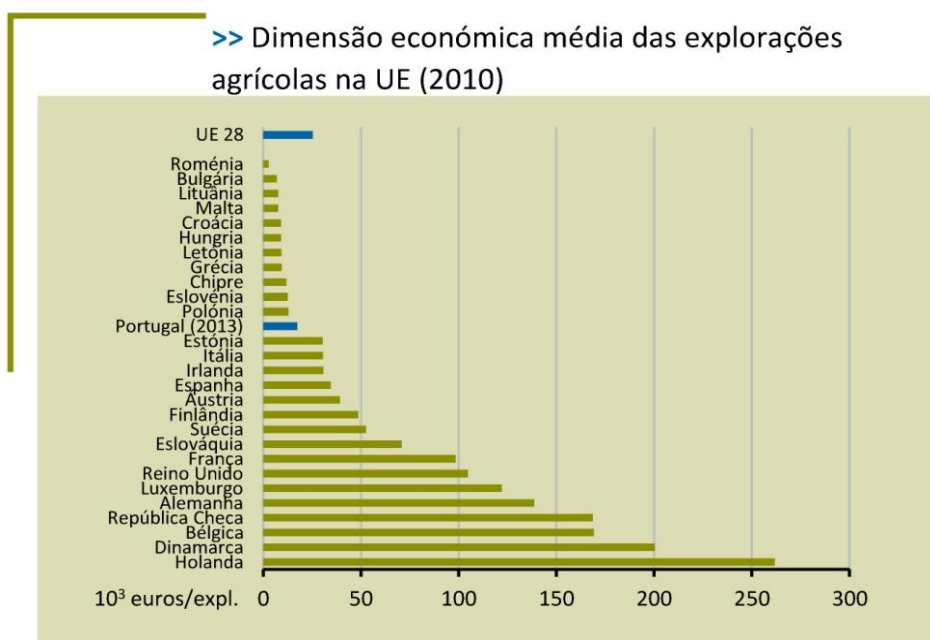


Natureza jurídica: empresarialização da agricultura portuguesa é uma realidade em crescimento, com impacto significativo na estrutura das explorações

As sociedades agrícolas têm vindo progressivamente a ganhar importância, em detrimento dos produtores singulares, e já exploram quase 1/3 da SAU e produzem 45,6% do efetivo pecuário. A realidade das empresas agrícolas é muito distinta das explorações de cariz mais familiar, apresentando uma escala consideravelmente superior. Em média, cada sociedade agrícola explora 114 hectares de SAU e 93 cabeças normais, respetivamente 12 e 21 vezes mais que os produtores singulares.

Dimensão Económica das explorações: ainda aquém da média europeia

A Dimensão Económica (DE) das explorações, embora tenha evoluído positivamente, continua aquém da média europeia. Cada exploração agrícola nacional gera em média 17,1 mil euros de Valor de Produção Padrão Total (VPPT), enquanto as explorações da UE 28 atingem os 25 mil euros por exploração.



Orientação Técnico Económica: mais de 2/3 das explorações agrícolas são especializadas

A grande maioria das explorações agrícolas nacionais tem Orientação Técnico Económica (OTE) especializada (69,1%), isto é, mais de 2/3 do VPPT da exploração provém de apenas uma atividade. As explorações com orientações indiferenciadas ou combinadas contribuem apenas com 13,5% para o VPPT nacional.

Superfície das explorações: metade do território é ocupado por explorações agrícolas

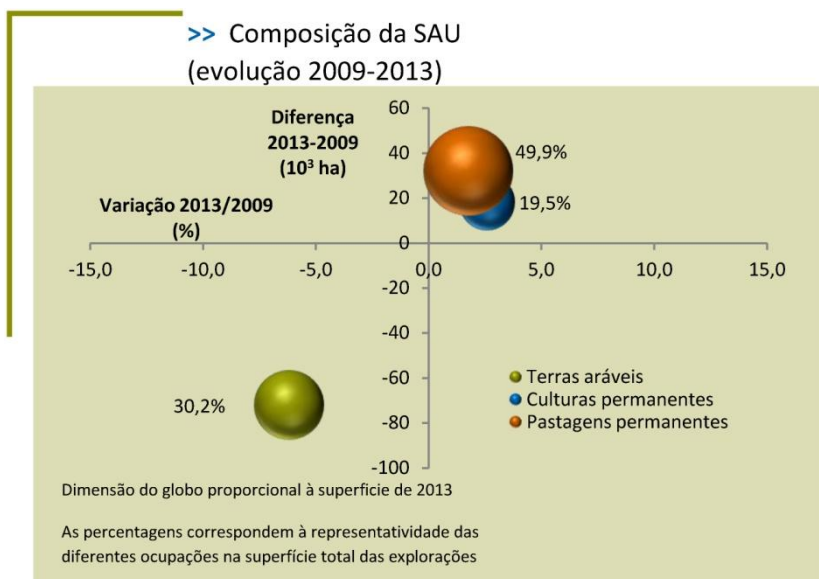
As explorações agrícolas ocupam uma superfície 4,6 milhões de hectares, o que corresponde a 50,0% do território nacional. A SAU representa 78,7% da superfície total e os matos e povoamentos florestais sem culturas sobcoberto 17,5%.

Superfície Agrícola Não Utilizada: decréscimo reflete dinamismo da agricultura nacional

A Superfície Agrícola Não Utilizada (SANU) das explorações (área com potencial mas sem utilização agrícola) ocupa 2,2% da superfície das explorações, o que corresponde a um decréscimo de 20,9%, face a 2009. A diminuição das áreas com potencial que não estão aproveitadas para uso agrícola é um indicador positivo, em linha com o sentimento de dinamismo do setor que perpassa atualmente a sociedade.

Utilização das terras: tendência de decréscimo das terras aráveis mantém-se

A utilização das terras não se alterou significativamente, seguindo a tendência das últimas décadas, de reorientação para sistemas de produção mais extensivos, com reflexo no aumento das pastagens permanentes e na diminuição das terras aráveis. Apesar de generalizado, o decréscimo da superfície das terras aráveis foi mais evidente nos cereais para grão, designadamente nos de outono/inverno, devido à volatilidade dos mercados e à baixa competitividade destas culturas. O milho e o arroz, em contrapartida, registaram aumentos face a 2009.



Culturas permanentes: política de desenvolvimento rural impulsiona fruticultura

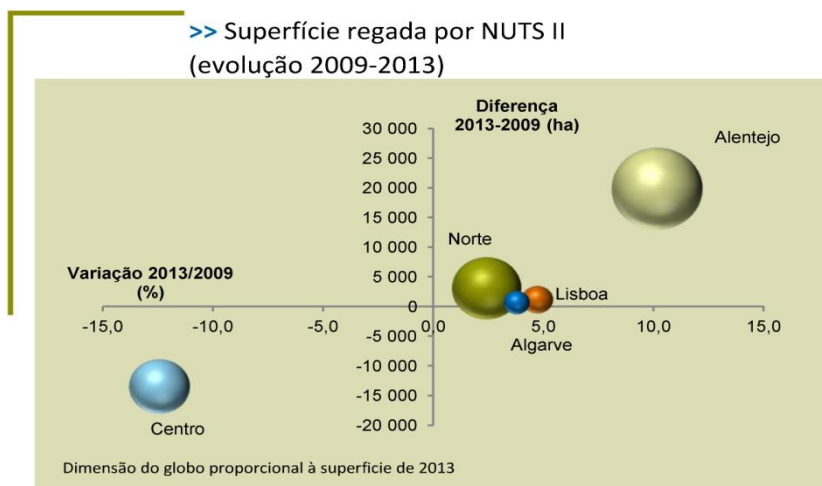
A superfície das culturas permanentes aumentou 2,6% entre 2009 e 2013, constituindo a vinha a única exceção, dado que decresceu 8,8%. O olival aumentou 4,4 mil hectares e passou a representar 48,0% da superfície de culturas permanentes. As culturas permanentes que registaram as maiores variações neste período foram os frutos de casca rija (+21,6%) e os frutos pequenos de baga (+175,7%). Para esta evolução contribuiu decisivamente o incentivo dado pelo ProDeR à fruticultura, uma vez que foi um dos setores com maior relevância nas medidas de apoio ao investimento.

Regadio: Valor Padrão da Produção Total de cada hectare regado é 7 vezes superior ao do sequeiro

Em 2013 mais de metade das explorações nacionais (50,8%) regaram 479,8 mil hectares (13,2% da SAU e 87,0% da superfície irrigável), correspondendo a um aumento da área regada de 2,3%, face a 2009.

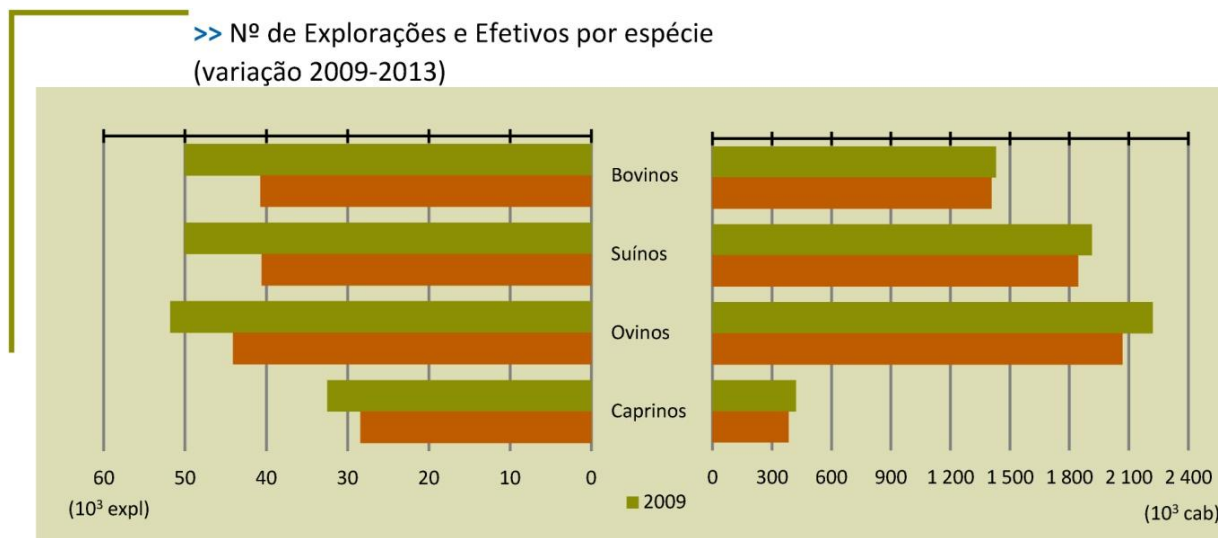
O VPPT gerado por um hectare de SAU nas explorações predominantemente de regadio atinge os 5 mil euros, valor quatro vezes superior à média nacional e sete vezes maior que o das explorações exclusivamente de sequeiro.

O desenvolvimento do regadio no Alentejo, promovido pela infraestrutura do Alqueva, é comprovado pelo aumento de cerca 20 mil hectares da superfície regada (+10,2%) desde 2009.



Efetivos animais: redução do número de explorações e aumento generalizado da dimensão média do efetivo por exploração

Entre 2009 e 2013 verificou-se uma diminuição do número de explorações agrícolas com animais. Esta situação resultou num decréscimo do número de explorações com bovinos (-18,4%), suínos (-19,0%), ovinos (-14,9%) e caprinos (-12,5%). A dimensão dos efetivos totais para estas quatro espécies também se reduziu, embora de forma menos acentuada, o que resultou no aumento da dimensão média dos efetivos por cada exploração com animais.



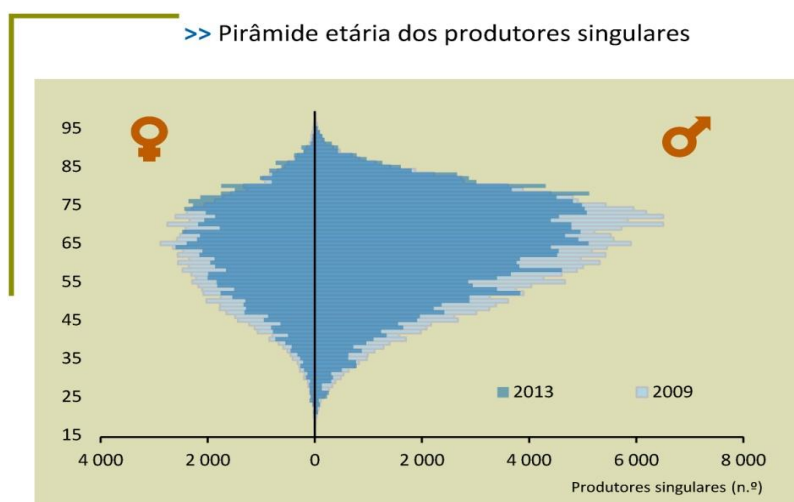
População agrícola familiar: decresceu, passando a representar 6,5% da população residente

A população agrícola familiar, formada pelo produtor e pelos membros do seu agregado doméstico, quer tenham trabalhado ou não na exploração, é constituída por 674,6 mil indivíduos, o que representa 6,5% da população residente em Portugal e corresponde a um decréscimo de 15,0% relativamente a 2009. A população agrícola familiar tem maior expressão nas Regiões Autónomas e no Alentejo, enquanto em Lisboa apenas representa 0,5% da população residente.

Produtores agrícolas singulares: mais velhos e ainda pouco qualificados

Os produtores agrícolas singulares são maioritariamente homens (68,3%) e têm em média 64 anos (63 anos em 2009), sendo que mais de 52,0% tem uma idade igual ou superior a 65 anos, continuando a ser os mais idosos da Europa.

A grande maioria dos produtores agrícolas apenas concluiu o ensino básico (70,0%) e somente 5,5% concluíram o ensino superior. Relativamente à formação agrícola, 84,6% contam unicamente com a sua experiência



para desenvolver a atividade agrícola (formação exclusivamente prática), 14,0% frequentaram cursos de formação profissional relacionados com a atividade agrícola e apenas 1,4% possuem formação superior na área das ciências agroflorestais.

Os produtores agrícolas trabalham em média 21,3 horas por semana, sendo que menos de 1/5 trabalha a tempo completo na exploração (225 dias ou 1 800 horas/ano ou 40 horas/semana). Praticamente 1/4 dos produtores agrícolas singulares (23,5%) declararam ter outras atividades lucrativas exteriores à exploração, situação com maior expressão nos produtores mais jovens (59,3% dos produtores com menos de 40 anos têm atividades complementares à exploração agrícola), enquanto nos mais idosos é praticamente residual a procura de outras atividades (4,2%).

Rendimento do agregado doméstico do produtor agrícola: poucos vivem exclusivamente da agricultura

Apenas 6,2% dos produtores agrícolas vivem exclusivamente da atividade da exploração agrícola. Em contrapartida, em 81,1% dos agregados domésticos do produtor o rendimento provém maioritariamente de origens exteriores à exploração, designadamente de pensões e reformas (65,3%).

Mão-de-obra agrícola assalariada: representa apenas 1/4 do volume de trabalho agrícola, que assenta maioritariamente na estrutura familiar

A mão-de-obra agrícola baseia-se essencialmente na estrutura familiar, dado que mais de 3/4 do volume de trabalho (76,1%) assenta na população agrícola familiar. Os trabalhadores permanentes, isto é, os assalariados que trabalham com regularidade na exploração, correspondem a 60,5 mil indivíduos empregados em 20,7 mil explorações (7,9% das explorações). Destes, 11,2 mil indivíduos assumem uma função de gestão das explorações e 35,3 mil assalariados rurais trabalham a tempo completo.

Indicadores laborais: aumento da produtividade e eficiência da mão-de-obra agrícola

Desde 2009 que, apesar do decréscimo do volume de trabalho agrícola (-10,5%), se verificou uma melhoria nos indicadores laborais relacionados com a produtividade (expressa em VPPT por UTA - Unidade de Trabalho Ano) e com a eficiência do trabalho (medida em UTA por hectares de SAU e por CN - Cabeças Normais). Cada exploração recorre em média a 1,2 UTA (+3,3% que em 2009), gerando cada UTA em média 13,8 mil euros de VPPT (+9,0%). Para explorar 100 hectares de SAU são necessárias em média 9,0 UTA (em 2009 eram necessárias 10,0 UTA) e para produzir 100 CN são necessárias 16,1 UTA (-3,1%). Apesar desta evolução positiva, a agricultura portuguesa continua a apresentar indicadores laborais pouco competitivos quando comparados com a média da UE 28. Efetivamente, a produtividade média da mão-de-obra agrícola na UE 28 ronda os 31 mil euros de VPPT por UTA, mais do dobro da registada em Portugal. Também a eficiência da mão-de-obra agrícola, embora muito dependente do tipo de sistema produtivo (intensivo vs. extensivo), é superior na UE 28, onde são necessários 5,7 UTA para explorar 100 hectares de SAU, menos 3,3 UTA que em Portugal.

Continuidade da atividade agrícola: poucos querem abandonar a agricultura

A grande maioria dos produtores agrícolas singulares declarou a intenção de continuar com a atividade agrícola num futuro próximo, independentemente da dimensão económica da exploração e da sua localização. De facto, apesar de um número significativo de pequenos agricultores terem abandonado a atividade desde 2009, 95,1% afirmaram que preveem continuar com a atividade da exploração nos próximos dois anos.

Os principais motivos apontados para a continuidade da atividade agrícola são o valor afetivo (48,3%), o complemento ao rendimento familiar (31,4%) e a ausência de alternativas profissionais (9,9%), sendo a viabilidade económica referida por apenas 8,6% dos agricultores.

Nota explicativa:

O Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2013 está inserido no programa comunitário de inquéritos sobre as explorações agrícolas enquadrados pelo Regulamento (CE) n.º 1166/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho e que se realizam em Portugal desde 1987. Este regulamento visa definir as condições de execução em cada um dos Estados Membros, tendo por princípio a harmonização ao nível metodológico, de conceitos e de variáveis a recolher, indispensável para uma correta avaliação da situação agrícola na União Europeia e em cada Estado Membro e para permitir efetuar estudos comparativos entre os diferentes países.

São abordados temas obrigatórios definidos no Regulamento (CE) n.º 1166/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho e no Regulamento (CE) n.º 1185/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho.

A recolha da informação foi realizada em todo o país por entrevista direta junto de 30 mil agricultores.

Principais conceitos:

Exploração Agrícola: unidade técnico-económica que utiliza fatores de produção comuns, tais como: mão-de-obra, máquinas, instalações, terrenos, entre outros, e que deve satisfazer obrigatoriamente as quatro condições seguintes:

1. produzir produtos agrícolas ou manter em boas condições agrícolas e ambientais as terras que já não são utilizadas para fins produtivos;
2. atingir ou ultrapassar uma certa dimensão (área, número de animais);
3. estar submetida a uma gestão única;
4. estar localizada num local bem determinado e identificável.

Produtor agrícola: responsável jurídico e económico da exploração, isto é, a pessoa física ou moral por conta e em nome da qual a exploração produz, retira os benefícios e suporta as perdas eventuais, tomando as decisões de fundo relativas ao sistema de produção, investimentos, empréstimos, etc.

Superfície agrícola utilizada (SAU): constituída pelas terras aráveis (limpa e sobcoberto de matas e florestas), culturas permanentes, pastagens permanentes e horta familiar.

Superfície agrícola não utilizada (SANU): superfície da exploração anteriormente utilizada como superfície agrícola, mas que já não é por razões económicas, sociais ou outras. Não entra em rotações culturais. Pode voltar a ser utilizada com auxílio dos meios geralmente disponíveis na exploração.

Terras aráveis: terras frequentemente mobilizadas e que se destinam a culturas temporárias de sementeira anual ou ressemeadas com intervalos que não excedam os 5 anos. Incluem-se os pousios, as terras retiradas da produção e mantidas em boas condições agrícolas e ambientais e as estufas.

Valor de Produção Padrão (VPP): é o valor monetário médio da produção agrícola numa dada região, obtido a partir dos preços de venda à porta da exploração. É expresso em euros por hectare ou cabeça de gado, conforme o sistema de produção, e corresponde à valorização mais frequente que as diferentes produções agrícolas têm em determinada região. O período de referência dos dados de base dos VPP cobriu quinquénio 2008 a 2012.

Valor de Produção Total (VPT) ou Valor de Produção Padrão Total (VPPT) da exploração: corresponde à soma dos diferentes VPP obtidos para cada atividade, multiplicando os VPP pelo número de unidades (de área ou de efetivo) existentes dessa atividade na exploração.

Dimensão Económica (DE): é definida com base no VPPT da exploração, sendo expressa em euros.

Orientação Técnico-Económica (OTE) de uma exploração: determina-se, avaliando a contribuição de cada atividade para a soma do VPPT dessa exploração, podendo distinguir-se duas fases:

- 1ª Fase: Calcula-se o VPPT pela valorização das superfícies das culturas agrícolas e dos efetivos animais da exploração, a partir das VPP estabelecidas regionalmente para as diferentes produções vegetais e animais.
- 2ª Fase: Afeta-se a exploração a uma classe de OTE, em função do peso relativo do contributo, em valor, de cada produção vegetal ou animal para o VPPT.

Cabeça Normal (CN): medida pecuária que relaciona os efetivos, convertidos em cabeças normais, em função das espécies e das idades, através de uma tabela de conversão, e, em que, um animal adulto da espécie bovina corresponde a 1 CN.

População residente: pessoas que, independentemente de no momento de observação, estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

População agrícola familiar: conjunto de pessoas que fazem parte do agregado doméstico do produtor (singular) quer trabalhem ou não na exploração, bem como de outros membros da família que não pertencendo ao agregado doméstico, participam regularmente nos trabalhos agrícolas da exploração.